

Políticas públicas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade: estudo de caso em Curitibanos/SC

Cleber José Bosetti

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os desdobramentos da política de expansão universitária do Programa REUNI sobre o desenvolvimento territorial no município de Curitibanos, no estado de Santa Catarina. A expansão universitária no município deu-se com a instalação do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2009. A pesquisa que deu origem a este artigo consistiu de um estudo de caso, realizado em duas propriedades rurais do entorno do campus, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com os proprietários, bem como do levantamento de dados secundários sobre o desenvolvimento socioeconômico do município. Os resultados indicam que as propriedades estudadas, devido ao aumento da procura de moradias por parte dos estudantes, tornaram-se multifuncionais, e que há uma correlação entre a expansão universitária e a ampliação das perspectivas de desenvolvimento rural e territorial no município.

Palavras-chave | Curitibanos/SC; desenvolvimento territorial; multifuncionalidade; políticas públicas; Universidade.

Classificação JEL | I23 I28 R58

Public policies for territorial development and multifunctionality: a case study in Curitibanos/SC

Abstract

The aim of this article is to analyze the consequences of the university expansion policy of the REUNI Program on the territorial development in the municipality of Curitibanos/SC. The university expansion in the municipality occurred with the installation of the Federal University of Santa Catarina (UFSC) campus in 2009. The research that gave rise to this article consisted of a case study, carried out on two rural properties surrounding the UFSC campus through semi-structured interviews with the landowners, as well as of the collection of secondary data on the socioeconomic development of the municipality of Curitibanos/SC. The results indicate

that the surveyed rural properties, due to the demand increase for students housing, have become multifunctional, and that there is a correlation between university expansion and broadening of rural and territorial development perspectives in the municipality.

Keywords | Curitibanos/SC; multifunctionality; public policies; territorial development; University.

JEL Classification | I23 I28 R58

Políticas públicas de desarrollo territorial y multifuncionalidad: estudio de caso en Curitibanos/SC

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las repercusiones de la política de expansión universitaria del Programa REUNI sobre el desarrollo territorial en el municipio de Curitibanos, en el estado de Santa Catarina. La expansión universitaria en el municipio ocurrió con la instalación del campus de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) en el año 2009. La investigación que dio origen a este artículo consistió en un estudio de caso, realizado en dos propiedades rurales del entorno del campus, por medio de entrevistas semiestructuradas con los propietarios, así como el levantamiento de datos secundarios sobre el desarrollo socioeconómico del municipio. Los resultados indican que las propiedades estudiadas, debido al aumento de la demanda de alojamiento por parte de los estudiantes, se han vuelto multifuncionales, y que existe una correlación entre la expansión universitaria y la ampliación de las perspectivas de desarrollo rural y territorial en el municipio.

Palabras clave | Curitibanos/SC; desarrollo territorial; multifuncionalidad; políticas públicas; Universidad.

Clasificación JEL | I23 I28 R58

Introdução

O município de Curitibanos faz parte da região intermediária de Lages e da região do Planalto Sul do Estado de Santa Catarina (MDA, 2006; IBGE, 2017a). O município (Figura 1) localiza-se na parte central do Estado e possui uma população de 40 mil habitantes (IBGE, 2022).

Figura 1 – Localização do município de Curitibaanos/SC



Fonte: IBGE (2017a).

A história econômica desse território foi marcada pelo tropeirismo, atividade econômica praticada especialmente entre os séculos XVIII e XIX, e que consistia no transporte de gado da região sul do Brasil para as vilas mais populosas da época (GOULARTI FILHO, 2007). De forma concomitante, ocorreu a ocupação oficial do território pela coroa portuguesa como parte do movimento geopolítico de expansão das fronteiras, com ordenamentos para fundação de vilas e distribuição de terras na forma de sesmarias (OLIVEIRA, 1996; SARTORI; *et al.*, 2006). Assim, as terras pertencentes aos grupos indígenas locais foram sendo distribuídas pelo Estado para agentes privados.

Os posseiros e proprietários que ocuparam as terras passaram a desenvolver atividades da agricultura e pecuária voltadas para o autoconsumo e para abastecer o mercado local. A configuração fundiária desse processo de ocupação das terras ainda se reflete na atualidade, sendo uma das regiões geográficas de Santa Catarina com maior desigualdade fundiária (IBGE, 2017b).

Inerente aos processos de ocupação agrícola, também ocorria o uso das florestas existentes como fornecedoras de alimentos e matérias-primas, bem como a exploração comercial da madeira, com destaque para o pinheiro (*Araucária angustifolia*). A partir de meados do século XX, esse processo extrativista madeireiro intensificou-se e foi responsável por grande parte do movimento econômico de alguns municípios da região (GOULARTI FILHO, 2007; PEIXER; *et al.*, 2020). Apesar disso, a economia extrativista não parece ter sido eficiente no que se refere

ao desenvolvimento socioeconômico, pois se caracterizou por trabalhos de baixa remuneração que resultaram em elevada desigualdade social.

Com a redução das florestas nativas, algumas empresas madeireiras e de papel e celulose instaladas na região introduziram espécies exóticas em sistemas de monocultivos florestais, com destaque para o pinus (*Pinus elliotti* e *Pinus taeda*) (SOTO, 1992). A partir da década de 1960, em função da expansão da Revolução Verde, a região de Curitibanos também intensificou as atividades agropecuárias de modo que essas ganharam maior relevância na configuração econômica do território (OLIVEIRA, 2016; PEIXER *et al.*, 2020). Apesar do crescimento econômico das atividades agropecuárias e madeireiras, a região continuou apresentando baixos índices de desenvolvimento socioeconômico.

No início da década de 2000, nenhum dos municípios da região possuía Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) igual ou superior à média do Estado de Santa Catarina, além de apresentarem um quadro de redução demográfica fruto do êxodo rural e regional (CAZELLA; BÚRIGO, 2008; MDA, 2006). Diante desse quadro, a região de Curitibanos passou a integrar¹ o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) (CAZZELA; BÚRIGO, 2008; OLIVEIRA, 2014). Nesse contexto, havia um arcabouço institucional de políticas de desenvolvimento territorial no âmbito do Governo Federal que tinha intuito reduzir as desigualdades regionais e impulsionar o desenvolvimento econômico dos territórios rurais.

O desenvolvimento territorial emergiu como uma resposta às crises geradas pela globalização econômica na década de 1990, com destaque para os problemas ambientais decorrentes dos processos produtivos e da crise do *Welfare State* enquanto agente indutor do desenvolvimento socioeconômico (CARON, 2017; CARRIÈRE; CAZELLA, 2006; PECQUEUR, 2013; TONNEAU; *et al.*, 2017). Assim, o desenvolvimento territorial pode ser entendido como uma abordagem na qual o território é o elemento central para se delinear os processos de desenvolvimento, pois possui os recursos materiais e imateriais que, ao serem mobilizados pelos atores sociais, podem ser transformados em processos, produtos e serviços que constituem as dinâmicas de desenvolvimento.

No Brasil, a institucionalização das políticas territoriais teve seu auge na década de 2000 sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) vinculada ao ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA (BONNAL; MALUF,

¹ Os municípios integrantes desse território foram os seguintes: Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Otacílio Costa, Bom Retiro, Curitibanos, Ponte Alta, Palmeira, Bocaina do Sul, Rio Rufino, Urubici, Bom Jardim da Serra, São Joaquim, Lages, Painel, Urupema, São José do Cerrito, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Anita Garibaldi, Celso Ramos, Campo Novos, Zortéa, Ibiam, Correia Pinto, Monte Carlo, Abdon Batista, Brunópolis e Frei Rogério (MDA, 2006).

2009; COREZOLA; *et al.*, 2010). Embora tenha sido concebida para amenizar os problemas socioeconômicos das sociedades desenvolvidas pós-industriais, bem como para fomentar estratégias de crescimento econômico e redução da pobreza rural nos países em desenvolvimento (DALLABRIDA, 2015; DELGADO; LEITE, 2011; PECQUEUR, 2005). O Pronat foi uma das políticas de desenvolvimento territorial mais efetivas desse cenário.

Em termos econômicos, o território passou a ser concebido como um potencial de dinamização dos processos produtivos a partir da qualificação de ativos tangíveis e intangíveis e da geração de bens e serviços caracterizados e valorizados por sua tipicidade geográfica (CAZELLA, 2020; NIEDERLE, 2013; PECQUEUR, 2005). Diante da competitividade dos mercados globais, a busca por produtos e serviços diferenciados tornou-se imperativa e o território passou a ser o *locus* das especificidades, isto é, o lugar em que determinados produtos e serviços adquirem uma identidade exclusiva e diferenciada.

Em termos de desenvolvimento rural, as políticas públicas buscaram impulsionar, dentre outras coisas, a multifuncionalidade das unidades produtivas, isto é, a diversificação do *portfólio* de produtos e serviços oferecidos pelas unidades socioprodutivas rurais de maneira a transcender a exclusividade da produção agrícola (ABRAMOVAY, 2001; CORRÊA, 2009; SABOURIN, 2005; SCHNEIDER, 2003). Vislumbrar as unidades produtivas rurais como espaços para produzir bens e serviços diversificados faz parte dos processos de inovação constantemente reivindicados na atualidade.

O desenvolvimento territorial também converge na direção de formas mais sustentáveis de produção e relação com os bens naturais (CONSTANZA *et al.*, 2017; JEAN, 2012; SCHRECKENBERG *et al.*, 2018; SUMMERS *et al.*, 2018). Nisso, destaca-se a função da paisagem rural, suas disposições estéticas e as interfaces entre o ser humano, a sociedade e a natureza (GALVÃO; VARETA, 2010). A singularidade das paisagens de cada território torna-se um elemento atrativo para as demandas dos consumidores contemporâneos interessados em produtos, serviços e experiências singulares (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Isso amplia o horizonte de entendimento acerca do que é o rural, bem como ajuda a vislumbrar estratégias de ampliadas e diversificadas de desenvolvimento.

Dentre as ações que fizeram parte da política de desenvolvimento territorial na região se destacou a criação do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A implantação do campus fez parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007 (KREUSCH; MARAFON, 2019). A expansão universitária, realizada entre os anos 2003 e 2012, tinha como objetivo a ampliação do acesso e da permanência dos estudantes no ensino superior (BRASIL, 2007). Como desdobramentos desses investimentos na qualificação profissional, esperava-se a

geração de oportunidades sociais e o fomento aos processos de inovação para impulsionar o desenvolvimento do território.

A implantação do CCR deu-se no ano de 2009, com a criação do curso de Ciências Rurais que, em seguida desdobrou-se nos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal, além de Medicina Veterinária. Na atualidade, além desses cursos de graduação, o campus conta com dois programas de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Ecossistemas Agrícolas e Naturais e Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária Convencional e Integrativa. Todos esses cursos são em formato presencial, sendo que em 2023 o campus contava com a presença de um número aproximado de 1200 estudantes matriculados, contabilizando os estudantes de graduação e pós-graduação, além dos servidores técnico-administrativos e docentes (UFSC, 2023).

Tudo isso, do ponto de vista da microeconomia, significa a constituição de uma demanda potencial de consumo por certos portfólios de bens e serviços alocados em função do poder de compra, da utilidade e dos gostos em geral (MANSANO, 2017). Nessa perspectiva, a fixação de servidores públicos no município e o deslocamento temporário de estudantes representam um mercado por bens e serviços que tem aquecido a economia local, logo, podem ser considerados um fator de desenvolvimento para o território.

Diante de tudo isso, é possível identificar uma aproximação entre as políticas de expansão universitária e de desenvolvimento territorial, além da multifuncionalidade no município de Curitiba e seu entorno. A instalação da universidade não trouxe apenas oportunidades sociais em termos de ensino superior, mas representou o acréscimo de recursos econômicos e capital humano na economia local. Esses investimentos no território são convergentes com as políticas de desenvolvimento territorial e ativaram, dentre outras questões, a construção de experiências de multifuncionalidade nas unidades produtivas rurais.

Metodologia

As questões que motivaram a realização desse trabalho de pesquisa emergiram da visualização de duas experiências de empreendimentos rurais não agrícolas no município de Curitiba. Ao relacionar tais experiências com os estudos teóricos sobre desenvolvimento rural e as características históricas da região, chegou-se à seguinte questão de pesquisa: as experiências referidas são tributárias das políticas de desenvolvimento territorial implantadas na região? Para responder a esse questionamento foi delineada a metodologia do estudo de caso que se utilizou dos seguintes instrumentos metodológicos: realização de entrevistas semiestruturadas com os proprietários dos estabelecimentos e registros fotográficos das paisagens naturais e construídas nas propriedades. Além disso, foram levantados alguns dados

secundários que retratam o processo de desenvolvimento socioeconômico ocorrido desde a expansão universitária no município.

O estudo de caso é uma metodologia utilizada para fins de pesquisa exploratória ou descritiva e consiste no estudo aprofundado de um objeto específico, principalmente para explicar situações da vida real contemporânea (GIL, 2008; YIN, 2001). Neste sentido, foram escolhidas duas propriedades rurais no município de Curitiba que expressaram singularidade em termos de transformações produtivas na direção da multifuncionalidade. Assim, por meio do estudo de caso, buscou-se compreender o processo de transição das duas unidades socioprodutivas na direção da multifuncionalidade.

A coleta de dados foi realizada por intermédio da entrevista semiestruturada, que consiste em um diálogo assimétrico no qual o pesquisador busca coletar junto ao seu informante dados que o ajudem a responder as questões da pesquisa (GIL, 2008). A entrevista semiestruturada é composta por questões norteadoras abertas e fechadas, as quais são mobilizadas no decorrer da conversa a fim de buscar respostas para as problemáticas delineadas (BONI; QUARESMA, 2005). Nesse estudo de caso, as questões da entrevista foram abertas e flexíveis, ou seja, seguiu-se um roteiro que incorporou novas questões em função das narrativas apresentadas pelos entrevistados. O tratamento dessas informações foi feito por meio de análise de conteúdo, isto é, pela identificação e categorização dos aspectos em comum encontrados nos relatos dos entrevistados (CRESWELL, 2014). Além disso, a técnica da análise de conteúdo busca sistematizar o conteúdo das mensagens de modo a compreender o processo de construção das mesmas (SOUZA; SANTOS, 2020).

A fim de ilustrar os aspectos paisagísticos e estéticos das unidades socioprodutivas, foi utilizado o recurso da fotografia como instrumento de coleta de dados. A Fotografia é um recorte da realidade em termos temporais e espaciais que serve tanto como objeto de estudo quanto como instrumento de investigação (RIOS *et al.*, 2016). Enquanto objeto, a fotografia representa o real da forma como ele se apresenta, porém, tal realidade também está embebida de subjetividade, ou seja, é resultante do olhar do observador (BITTENCOURT, 1994). Na presente pesquisa, as fotografias foram utilizadas para ilustrar os elementos multifuncionais das unidades socioprodutivas estudadas.

Ademais, foram coletados alguns dados secundários acerca de alguns indicadores de desenvolvimento com o intuito de estabelecer correlações com a expansão universitária e a multifuncionalidade das unidades socioprodutivas estudadas. A combinação de dados qualitativos com dados quantitativos pode qualificar a compreensão dos fenômenos sociais, pois ambos os métodos podem ser tomados como complementares em certas pesquisas (MINAYO; SANCHES, 1993). Assim, a comparação dos dados secundários levantados com os estudos de caso sobre a multifuncionalidade, associados ao referencial teórico utilizado, proporcionou a

compreensão dos fenômenos socioeconômicos sob a ótica do desenvolvimento territorial.

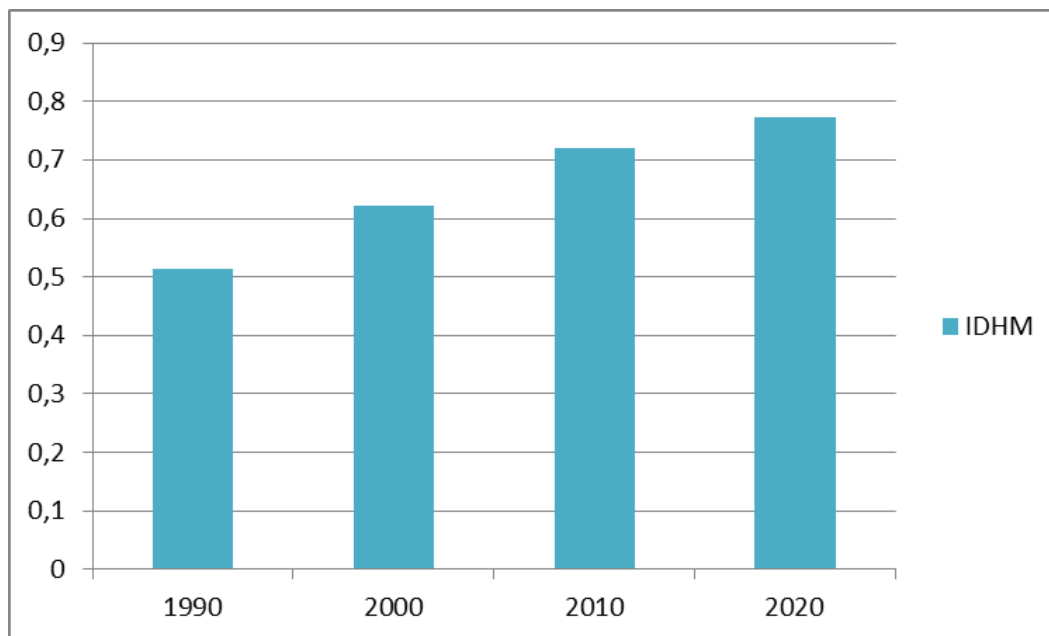
Análise e discussão

Indicadores de desenvolvimento territorial

No período compreendido da implantação do campus da UFSC no município de Curitibanos (2009-2023) é possível observar alguns indicadores socioeconômicos que reforçam a correlação entre a expansão universitária e o desenvolvimento territorial.

Uma das justificativas para a escolha do território de Curitibanos para a implantação da UFSC foi o fato dessa região apresentar os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do Estado de Santa Catarina. No caso do município de Curitibanos, pode-se observar nos últimos anos uma evolução qualitativa desse indicador, conforme Figura 2.

Figura 2 – Evolução do IDHM de Curitibanos/SC



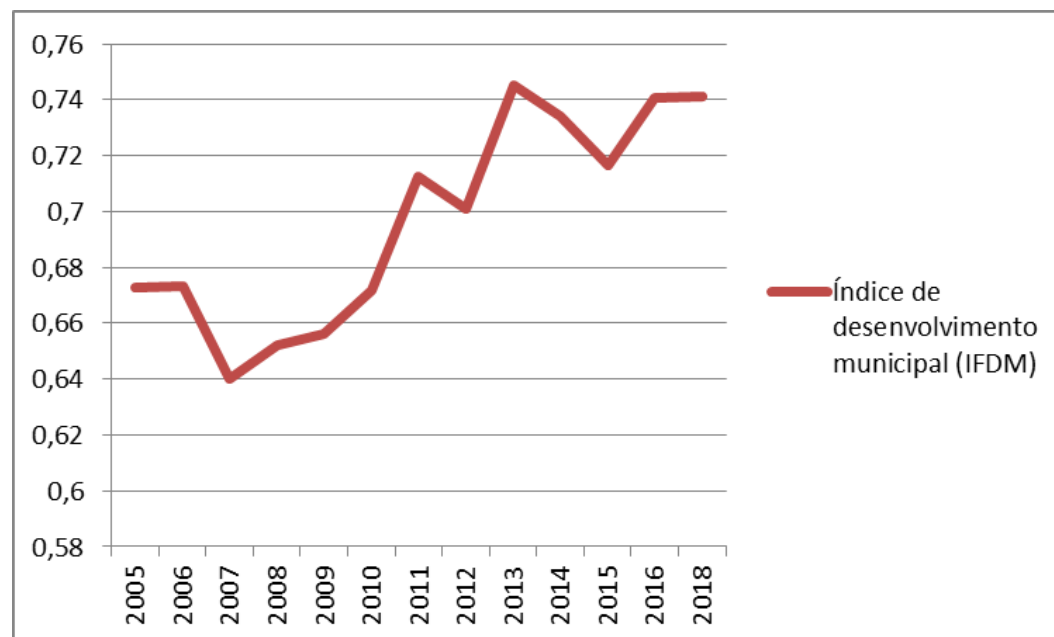
Fonte: IBGE (2022), PNAD (2022).

Os indicadores de desenvolvimento humano do município já apresentavam um crescente desde a década de 2000. Nas projeções da Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílio (PNAD)², o IDHM chegou a 0,774. Esse número já está próximo à média do estado de Santa Catarina (0,792), que ocupa a terceira posição no *ranking* nacional. Como dentre os fatores mensurados pelo IDHM estão a renda *per capita* e a educação, a instalação do campus da UFSC no município contribuiu em alguma medida para a melhoria desse índice, afinal, elevou a escolaridade dos residentes e movimentou a economia local de modo a interferir no trabalho e renda das pessoas. Contudo, uma análise precisa dessa questão demandaria um estudo mais aprofundado e específico.

Outro indicador importante é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Esse índice é feito a partir de estatísticas divulgadas pelos ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde, acompanhando o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros com base em três indicadores: emprego/renda, educação e saúde.

Figura 3 – Índice Firjan (IFDM) do município de Curitibaanos



Fonte: IPEADATA (2022).

O IFDM também indica uma linha de tendência positiva a partir do ano de 2009. O crescimento e as oscilações certamente estão conectados com as dinâmicas econômicas macroeconômicas do país, porém, os microdados que compõem o

² Os dados para o ano de 2020 são projeções do PNAD, pois os resultados oficiais do Censo demográfico de 2022 do IBGE ainda não estavam disponíveis no momento da conclusão desse trabalho.

índice sinalizaram que o elemento educação foi o principal vetor de elevação do IFDM do município.

Destarte, é possível inferir que a expansão universitária foi um dos componentes da melhoria dos indicadores socioeconômicos do município. Por sua vez, esses indicadores também impactam positivamente nas dinâmicas econômicas e nos processos de inovação. Os dois estudos de caso analisados a seguir podem ser tomados como exemplos disso.

Estudo de caso A

A unidade socioprodutiva A localiza-se na comunidade rural chamada de “Potreiro dos França”, às margens da Rodovia Ulysses Gaboardi, próxima ao Campus do CCR da UFSC. A propriedade, denominada atualmente de *Chácara Querência*, foi adquirida pelo avô do atual proprietário e possuía cerca de 200 hectares à época. Essa configuração de área corresponde atualmente a 8,3 módulos fiscais (MAPA, 2013). Com base nesses critérios, pode-se dizer que se tratava de uma unidade socioprodutiva de um médio produtor rural, em que as principais atividades econômicas realizadas eram a pecuária de corte e de leite, o cultivo de feijão e milho, bem como a coleta de pinhão.

Posteriormente, o proprietário vendeu uma parcela da propriedade e, em seguida, realizou o processo sucessório de divisão para os três filhos da parte que havia sobrado. Nessa divisão, cada filho herdou em torno de 24 hectares, o que já modificou o perfil fundiário da unidade socioprodutiva. Quando o processo sucessório chegou até os netos, restou um lote de 5,5 hectares para cada. Essa área é inferior a 1 módulo fiscal (MAPA, 2013) e, segundo o entrevistado, dificultou a obtenção de renda suficiente para se viver das atividades agrícolas. Com isso, ele passou a trabalhar em atividades externas à propriedade e esta se tornou apenas local de moradia.

Apesar de trabalhar em outras atividades, como transporte e madeira, a identificação com o lugar e a memória da propriedade herdada dos antepassados fez com que o proprietário não a vendesse. Isso remonta à ideia de ação social tradicional e afetiva (WEBER, 2012), que, no caso, manifesta-se por meio da ação orientada com base na memória dos pais e avós.

A partir do ano 2012, houve a decisão de investir o capital obtido em outras atividades na propriedade rural. Essa decisão foi motivada pelo interesse individual em atividades de turismo rural, bem como pela percepção do crescimento da demanda por serviços de moradia para estudantes da UFSC. Neste caso, tem-se a ação social e econômica racional voltada para fins (WEBER, 2012), que pode ser visualizada no investimento em serviços de moradia rural.

Conforme relatado na entrevista, “muitos moradores da cidade, no início, eram contrários à instalação da UFSC, pois temiam a mudança nos costumes e a “bagunça” que as pessoas de fora poderiam trazer... Porém, com o passar do tempo algumas pessoas começaram a ver isso como uma oportunidade para empreender”. Essa visão empreendedora fez com que o proprietário visualizasse uma nova funcionalidade para a propriedade: o serviço de moradia rural paralelo às demais atividades realizadas na unidade socioprodutiva. Isso resultou na construção de um mosaico de funcionalidades, conforme Figura 4.

Figura 4 – Multifuncionalidade na unidade socioprodutiva A



Fonte: Autor, 2021.

A multifuncionalidade, isto é, a presença das atividades agrícolas e não agrícolas dentro de uma unidade socioprodutiva rural (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; SCHNEIDER, 2003) na unidade socioprodutiva A está presente na combinação entre o serviço de moradia rural (renda não agrícola), na produção de soja e criação de ovelhas (renda agrícola) e nos cultivos para o autoconsumo. Essa configuração atual da unidade socioprodutiva foi possível, em grande parte, devido à política pública de expansão universitária na região, a qual, indiretamente, impulsionou processos microeconômicos de desenvolvimento territorial.

Estudo de caso B

O segundo caso analisado trata-se de uma propriedade rural que foi adquirida pelos atuais proprietários com o intuito de construir um ambiente de moradia imerso à natureza. Diferentemente do caso anterior, a edificação da propriedade teve como elemento motivacional o olhar estético sobre o lugar e o apreço pelo ambiente natural. De acordo com a proprietária entrevistada, foi o olhar sobre as belezas do lugar e as possibilidades de conservá-las que a motivou a investir no mesmo.

A propriedade do caso B possui em torno de 12 hectares, portanto, uma área inferior a 1 módulo fiscal (MAPA, 2013). Os proprietários não são agricultores e a funcionalidade da propriedade, originalmente, era como local de moradia para a família. Conforme a entrevistada 2, “a intenção inicial era de utilizá-la como um espaço de moradia e lazer, em função da sua localização e das belezas naturais”. Posteriormente, foram visualizadas oportunidades de se realizar algumas atividades econômicas, como a locação do lugar para acampamentos de final de semana e a realização de eventos. Neste sentido, pode-se dizer que a propriedade passou a oferecer serviços de turismo em um espaço rural (CANDIOTO, 2010).

A partir de 2009, com a instalação do campus da UFSC, uma nova atividade foi vislumbrada: o serviço de moradia rural. Conforme a entrevistada 2, “havia a demanda para os serviços de moradia, e como a propriedade fica próxima à universidade e possui o diferencial das belezas naturais, optou-se por oferecer esse tipo de serviço também”. Assim, a propriedade B ampliou a multifuncionalidade já existente formando também um mosaico de atividades.

Figura 5 – Multifuncionalidade na unidade socioprodutiva B





Fonte: Autor, 2021.

As características da multifuncionalidade no caso da propriedade B colocam o não agrícola com maior ênfase. A trajetória da propriedade com o olhar mais focado no âmbito estético e paisagístico vai ao encontro com a estetização e personalização dos produtos, serviços e horizontes de consumo da contemporaneidade (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). A ampliação dessa perspectiva foi impulsionada pela demanda de serviço por moradia rural, pois parte do público demandante compartilha os valores éticos e estéticos acerca da paisagem rural e prefere morar nesse tipo de espaço geográfico. Novamente, a política pública de expansão universitária foi importante para a dinamização dos processos de desenvolvimento rural no território do município de Curitiba.

Considerações finais

O desenvolvimento de um território é determinado por múltiplos fatores e não pode ser dissociado das dinâmicas externas que o envolvem, logo, trata-se de um fenômeno integrado e com ressonâncias multivariadas. Dessa maneira, a política pública de expansão universitária, objeto desse estudo, mostrou-se eficiente no que se refere ao desenvolvimento territorial do município de Curitiba pelo fato de funcionar como instrumento disruptivo de dinamização de certos ativos econômicos locais.

Os dois estudos de caso analisados mostram como duas unidades socioprodutivas rurais, bem distintas em suas trajetórias socioeconômicas e culturais, promoveram inovações que as tornaram multifuncionais. A multifuncionalidade, ao diversificar a oferta de produtos e serviços em determinada localidade rural, é um elemento que fortalece o desenvolvimento territorial, pois estimula a circulação de bens e serviços que integram o rural com o urbano. Portanto, a política pública de expansão universitária, indiretamente, transformou-se em vetor de desenvolvimento territorial.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento territorial e capital social**. In: SABOURIN, E. e TEIXEIRA, O. (Org.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Petrolina: Embrapa, 2001, v. 1, p. 87-101.

BITTENCOURT, L. **A fotografia como instrumento etnográfico**. Anuário Antropológico/92. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política e sociedade**, n. 14, abril de 2009.

BRASIL. **Decreto Nº 6.096**, de 24 de abril de 2007.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o Debate Acerca do Conceito de Turismo Rural. **Turismo em Análise**, v. 21, n. 1, Abril de 2010.

CARON, P. Why and how the concept of territory can help in thinking rural development. In: CARON, P. *et al.* **Living territories transform the world**. Versailles: Éditions Quae, 2017.

CARRIÈRE, J. P; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Revista Eisforia**, 2006.

CAZELLA, A. A; BÚRIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade **Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM**, Ano XV, Jan – Jun de 2008.

CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura familiar e território: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. In: CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R. (Org). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAZELLA, Ademir Antônio. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 16(3), 2020.

CONSTANZA, R; et. al. Twenty years of ecosystem services: How far have we come and how far do we still need to go? **Ecosystem Services**, n. 28, 2017, p. 1-16.

COREZOLA, F. *et al.* Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao programa territórios da cidadania. **Raízes**, v. 29, n. 1, jan. – jun./2010.

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **IPEA: regional, urbano e ambiental**, nº 03, dez. 2009.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre 5 abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial: do debate teórico à avaliação de sua prática. **Análise Social**, v. 1, n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, Taubaté-SP, 2020.

DELGADO, N. G; LEITE, S. P. **Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial**. *In*: MIRANDA, C; TIBURCIO, B. Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil. Brasília: IICA, 2011.

GALVÃO, M. J; VARETA, N. D. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. Universidade do Porto, **Cadernos curso de doutoramento em geografia-flup**, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Brasília, 2022.

JEAN, B. Les territoires ruraux au québec: vers un modèle de développement territorial durable. **Revue d'Économie Régionale & Urbaine**, n. 4, 2012.

KREUSCH, C. M. L.; MARAFON, R. Dez anos da Universidade Federal de Santa Catarina em Curitiba. *In: XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Anais...* Florianópolis, Brasil, 25-27 de setembro de 2019.

LIPOVETSKY, G; SERROY, J. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MANSANO, F. H. **Microeconomia**. Maringá-PR: UniCesumar, 2017.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 9, v. 3, p. 239-262, 1993.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Sistema Nacional de Cadastros Rurais**. Brasília, 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável território do planalto catarinense (planalto serrano)**. MDA-SDT, Lages, 2006.

NIEDERLE, P. A (Org.). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

OLIVEIRA, S.F. **Aurorescer das sesmarias serranas: História e Genealogia**. Porto Alegre, Ed. Est. 1996.

OLIVEIRA, L. Z. Análise do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat): o caso do território meio oeste contestado (SC). **Dissertação de Mestrado**. Florianópolis: UFSC, 2014.

OLIVEIRA, M. A. de. Economia e população em Curitiba/SC: o que a história da nucleação escolar diz acerca da relação trabalho/educação no mundo rural. **Reunião Científica regional da ANPED**, UFPR, Curitiba, 24-27 de julho de 2016.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PECQUEUR, B. Territorial development: a new approach to development processes for the economic of the developing countries. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 8-32, 2013.

PEIXER, Z. I. *et al.* **Estudos socioambientais sobre o planalto catarinense**. Florianópolis: Insular, 2020.

PLOEG, Van der J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Série estudos rurais. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2008.

RIOS, S. O. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa social. **Discursos fotográficos**, Londrina, v. 12, n. 20, p. 98-120, jan./jul. 2016.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estud. Soc. Agric.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2005, p. 161-189.

SARTORI, S. *et al.* **Caminho das Tropas: Caminhos, pousos e passos em Santa Catarina**. Lages: Ed. Uniplac, 2006.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, v. 51, 2003.

SCHRECKENBERG, K; *et. al.* **Ecosystem services and poverty alleviation: trade-offs and governance**. Routledge, 2018.

SOTO, Fernando. A. **Da indústria de papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo**. Unicamp: Campinas. (Doutorado Instituto de Economia), 1992.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul.-dez. 2020.

SUMMERS, J. K. *et al.* **The role of ecosystem services in community well-being**. *In*: HUFNAGEL, L (Org.). Ecosystem services and global ecology. Szent István University, 2018.

TONNEAU, J. P. The territory: a response to the development crisis. *In: CARON, P. et al. **Living territories transform the world.*** Versailles: Éditions Quae, 2017.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Secretaria Acadêmica de Graduação.** Curitiba, 2023.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Vol.1. Brasília: UNB, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

Data de submissão: 22/03/2021

Data de aprovação: 13/11/2023

Revisão: Daniela Matthes (português), Emily Camila Batschauer e Mateus Artur Pereira Nuss (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Cleber José Bosetti

Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Catarina – Campus
Curitibanos

Rodovia Ulysses Gaboardi, 3000

89520-000 Curitibanos/SC, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3117-8998>

E-mail: cleber.bosetti@ufsc.br